Superintendência de Educação na Saúde e Regulação do Trabalho
Diretoria da Escola Tocantinense do SUS Dr. Gismar Gomes
Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO
Secretaria Executiva

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO – CIES

1 Às oito horas e quarenta e seis minutos de vinte e sete de abril de dois mil e dezesseis a
2 Secretária Executiva da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores
3 Bipartite – CIES/CIB-TO – Senhora Inez dos Santos Gonçalves conduziu a segunda reunião
4 ordinária, com os seguintes representantes: **Adeusvi Moreira dos Santos/Titular – CIR Amor**
5 **Perfeito; André Henrique Ribeiro/Titular – SPAS; Aurimar Gonçalves Sousa/Suplente –**
6 **DSEI-TO; Francícero Rocha Lopes/Suplente – IE Privada Superior; Francisco Rubens Pereira**
7 **Silva/Suplente – CIR Ilha do Bananal; Jaciela Margarida Leopoldino/Suplente – CIR Capim**
8 **Dourado; Joseane Araújo Franco/Suplente – ABEn; Kelma de Sousa França/Suplente – CIR**
9 **Cerrado Tocantins Araguaia; Laudecy Alves do Carmo Soares/Titular – DETSUS; Lucione de**
10 **Oliveira Negre/Suplente – CIR Amor Perfeito; Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz**
11 **Santana/Titular – SESRT; Maria da Conceição Nunes Brito/Suplente – COSEMS; Maria José**
12 **Neres da Silva/Titular – CIR Cerrado Tocantins Araguaia; Maria Lúcia de Oliveira**
13 **Sousa/Titular – SINTRAS; Noledir Solange dos Santos Santiago/Suplente – CIR Bico do**
14 **Papagaio; Shirley Istofel Oliveira/Suplente – IE Pública Técnica; Thélia Valente**
15 **Amorim/Suplente – CIR Sudeste; Valéria Viero Aquino de Barros/Titular – SVPPS. Senhora**
16 **Inez iniciou a reunião coma leitura dos itens de pauta: 1. Leitura, pactuação e aprovação da**
17 **pauta; 2. Observações de alterações e aprovação da ata da 1ª Reunião Ordinária de**
18 **10/03/2016; 3. Momento Formativo: Internato Rural Integrado à Saúde – IRIS – Expositora:**
19 **Ana Edith Farias Lima - UFT; 4. Apresentação e Esclarecimento: 4.1. Plano Municipal de**
20 **Educação Permanente no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Palmas –**
21 **Solicitante/Expositora: Juliana Ramos Bruno – Presidente da Fundação Escola de Saúde**
22 **Pública – FESP/Palmas. Solicitada pela Senhora Joseane/ABEn-TO inclusão do item 5.**
23 **Informe: 5.1 Processo Eleitoral ABEn. Pauta aprovada com alteração. Passou-se ao item 2.**
24 **Observações de alterações e aprovação da ata da 1ª Reunião Ordinária de 10/03/2016. Ata**
25 **aprovada sem alterações. Passou-se ao item 3. Momento Formativo: Internato Rural**

26 **Integrado à Saúde – IRIS – Expositora: Ana Edith Farias Lima – UFT.** Senhora Ana Edith disse
 27 que o Internato tem a proposta de um novo modelo que integre os cursos de medicina,
 28 enfermagem e nutrição e ampliar também para outros cursos da saúde. Disse que o conceito
 29 pela UFT é de estágio em saúde rural como conjunto de atividades de aprendizagem
 30 profissional não empregatícia e de iniciação ao trabalho que se dê em situações reais de vida
 31 e trabalho em saúde, dentro do serviço municipal de saúde ou em uma comunidade rural.
 32 Colocou que o objetivo é o conhecimento de sua realidade, compreensão das possibilidades
 33 e dos limites deste serviço e aproximação com diferentes instituições envolvidas nas ações
 34 de saúde coletiva e no serviço de assistência básica de saúde. Segundo Senhora Ana Edith, a
 35 preceptoría é realizada por profissionais médicos (ESF/Hospitais), Enfermeiros (ESF) e
 36 Nutricionistas (Secretaria de Educação e da Atenção Básica) que atuam nos municípios
 37 conveniados. Disse que, atualmente, vinte e três municípios estão conveniados pelo Termo
 38 de Cooperação Mútua e outros seis já manifestaram interesse. Continuou dizendo que a
 39 proposta é expandir o IRIS para todos os municípios do Tocantins, incluindo parcerias com
 40 outras Instituições de Ensino como já ocorre no Internato Rural de Medicina. Senhora Ana
 41 Edith pontuou que os objetivos são: integrar os alunos na realização do internato rural
 42 (enfermagem, medicina e nutrição); mostrar a importância do internato rural para o
 43 crescimento pessoal e profissional do aluno; aprimorar o processo ensino-serviço-
 44 comunidade; garantir maior qualidade das ações desenvolvidas nos municípios. Disse, ainda,
 45 que as metas são: integrar semestralmente os cursos de enfermagem, medicina e nutrição
 46 em pelo menos três municípios tocantinenses para realização do Internato Rural Integrado
 47 da Saúde, a partir do 2º semestre de 2016; alocar pelo menos dois alunos de cada curso no
 48 mesmo município; e proporcionar que os alunos trabalhem em parcerias no planejamento,
 49 na execução e avaliação das ações/estratégias para intervenção junto à comunidade local,
 50 de acordo com a governabilidade, quando do conhecimento das demandas existentes.
 51 Senhora Ana Edith que as estratégias para atingir a meta proposta, perpassa pelo
 52 planejamento adequado por parte dos docentes dos cursos da área da saúde, visando
 53 organizar e disciplinar as ações, apoio da Universidade para firmar parcerias, adesão dos
 54 municípios, colaboração dos preceptores locais e cooperação dos integrantes das equipes
 55 de saúde dos municípios parceiros. Como vantagens para o município, Senhora Ana Edith

a.

56 aponta: realização de diagnóstico situacional no município; proposição de ações de
57 intervenção em saúde; melhora dos indicadores de saúde; realização de ações de grande
58 abrangência, a exemplo de campanhas; integração/atuação multiprofissional e intersetorial;
59 e intervenção dos alunos nos indicadores de qualidade dos serviços de saúde/programas
60 elevando o número/percentual para que os municípios atinjam as metas antes não
61 alcançadas. Senhora Joseane perguntou se os alunos trabalham com a Lei Orçamentária
62 Anual do município e, caso não trabalhem, sugestiona como uma possibilidade de
63 intervenção e que talvez isso facilitaria a adesão aos municípios. Senhora Ana Edith disse que
64 pode sugerir, mas isso não é dificuldade de adesão, mas do ônus do município com o aluno
65 e como justificar isso nos gastos dos municípios, apesar do contrato prevê essa questão.
66 Senhora Maria da Conceição – COSEMS colocou a experiência de ter recebido alunos do
67 Internato Rural de Medicina por três anos no município de Cristalândia e o ganho do
68 município quanto ao serviço, mas frisa que os municípios estão com dificuldade de arcar com
69 as despesas e exemplifica que o município de Cristalândia, neste ano, não realizou o
70 convênio. Senhora Marluce colocou que a academia e a formação é um lugar importante e
71 privilegiado quando se pensa em implantação da Política de Educação Permanente para que
72 futuros profissionais de saúde pensem nos processos de trabalho em uma nova lógica e
73 questionou que, considerando o Internato Rural permeia esse trabalho em equipe,
74 intervenções conjuntas, se também os alunos tem conhecimento da Política Nacional de
75 Educação Permanente em Saúde - PNEPS e se utilizam estratégias e ferramentas de
76 Educação Permanente, nesse processo de intervenção do internato. Senhora Ana Edith disse
77 que, dentro da disciplina de gerenciamento o curso de enfermagem estuda a PNEPS e que
78 dentro do planejamento que os alunos levam para os gestores consta a qualificação do
79 profissional que atua no município e que eles podem estar capacitando o Agente
80 Comunitário de Saúde e o Técnico de Enfermagem. Disse que os alunos podem verificar essa
81 demanda e discutir com o preceptor e o gestor, no caso, Secretário Municipal de Saúde, de
82 acordo com a carga horária necessária e estar certificando ou dando declaração. Senhora
83 Márcia Valéria colocou sobre a importância desses preceptores serem capacitados para essa
84 função que é nova e, o que é novo e inovador, sempre causa certa resistência. Disse que a
85 Superintendência de Educação na Saúde e Regulação do Trabalho, em parceria com a UFT,

a.

86 tem desenvolvido alguns cursos de preceptoría, bem como com o Instituto Sírío Libanês e
87 que a Fundação Escola de Saúde Púbrica de Palmas também está em pleno desenvolvimento
88 de uma capacitação. Disse que precisamos cada vez mais pensarmos em capacitar para
89 preceptoría e que é necessário o entendimento de que temos um Sistema de Saúde onde
90 somos todos instrutores, preceptores, docentes, enquanto Política de Educação Permanente
91 que coloca no trabalho, pelo trabalho, para o trabalho e que esse entendimento é fator
92 primordial e aí sim, começar a debater a questão de valorização financeira. Passou-se ao
93 item **4. Apresentação e Esclarecimento: 4.1. Plano Municipal de Educação Permanente no**
94 **âmbito da Rede Municipal de Saúde de Palmas – Solicitante/Expositora: Juliana Ramos**
95 **Bruno – Presidente da Fundação Escola de Saúde Púbrica – FESP/Palmas.** Senhora Juliana
96 contextualizou o caminhar da Política de Educação Permanente dentro do município de
97 Palmas e o cenário da construção do Plano Municipal de Educação Permanente no âmbito
98 da Rede Municipal de Saúde de Palmas, Plano este instituído por meio da Portaria Conjunta
99 SEMUS/FESP Nº 001, de 04 de fevereiro de 2016. Senhora Juliana colocou que o Plano está
100 estruturado a partir de quatro Programas Setoriais de Educação Permanente, desenvolvidos
101 de forma transversal na rede de serviços de saúde e que para viabilizar as ações em nível
102 local, a rede de serviços foi distribuída em sete microrregiões de onde originam os Projetos
103 Loco-Regionais. Disse que todos os Programas olham para todos os territórios e que os
104 cursos mais extensos têm currículo baseado em competências. Disse que a organização
105 prevê cursos ofertados ao longo do ano e horas que são reservadas para capacitações
106 pontuais que possam surgir de demandas externas ou espontâneas. Senhora Juliana disse
107 que para a construção do Plano foi necessário estabelecer acordos com a gestão o que
108 permitiu a reorganização da rede de serviços. Senhora Márcia Valéria – SERST parabenizou
109 o trabalho da FESP e perguntou como se dá o financiamento e programa de bolsa para
110 preceptores. Senhora Juliana esclareceu que o financiamento perpassou pela reorganização
111 de instrumentos de gestão do município. Exemplificou a gratificação SUS, prevista no
112 Decreto Nº 106/2009, vincula a mesma às atribuições de seu concurso e que então tem-se
113 aí um problema quanto ao conceito de gratificação. Disse que parte do recurso das equipes,
114 financiamento de bloco, está sendo utilizado para fomentar esse programa. Disse que uma
115 das estratégias foi a bolsa pesquisa criada pelo município para as residências e que assim

X

116 poderia ofertar a bolsa de formação para preceptor e residente para quem aderisse ao
 117 programa e como ela é incompatível com a gratificação, os profissionais ganharam com isso.
 118 Colocou que, assim, o investimento foi baixo, e que precisou ser custeado foi a equipe de
 119 coordenação que são quatro pessoas para estar capacitando mil e duzentos servidores.
 120 Senhora Juliana esclareceu ainda que o município tem regulação própria para servidores que
 121 desejam participar de eventos externos e que para esse financiamento, quando necessário,
 122 tem programas que tem recurso para tal. Passou-se ao item **5. Informe: 5.1 Processo**
 123 **Eleitoral ABEn –Solicitante/Expositora: Joseane – ABEn-TO.** Senhora Joseane informou que
 124 a ABEn-TO inscreveu uma chapa para concorrer ao processo eleitoral de 2016 e que aguarda
 125 os trâmites legais para divulgar os nomes das pessoas que compõem a mesma. Na
 126 oportunidade, informou sobre a Semana Brasileira de Enfermagem que irá ocorrer dias 23 e
 127 24 de maio na UFT. Senhora Maria da Conceição – COSEMS informou que deixou a Secretaria
 128 Municipal de Cristalândia e que o último dia como representante do COSEMS será dia 04 de
 129 maio, comunicando então, seu desligamento desta Comissão. Senhor Lucione – CIR Amor
 130 Perfeito informou também, seu desligamento desta Comissão visto que não está
 131 respondendo mais como Secretário do município de Monte do Carmo. A reunião foi
 132 encerrada às dez horas e vinte e cinco minutos e eu, Inez dos Santos Gonçalves, Secretária
 133 Executiva desta Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite do
 134 Estado do Tocantins – CIES/CIB-TO lavrei esta ata que após aprovada será assinada pelos
 135 membros presentes nesta reunião.

MEMBROS DA CIES PRESENTES NA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIES/CIB-TO	
27/04/2016	
Adeusvi Moreira dos Santos
André Henrique Ribeiro
Aurimar Gonçalves Sousa
Francícero Rocha Lopes
Francisco Rubens Pereira Silva
Jaciela Margarida Leopoldino	
Joseane Araújo Franco

Kelma de Sousa França	<i>Kelma de S. Franca</i>
Laudecy Alves do Carmo Soares	<i>Laudecy</i>
Lucione de Oliveira Negre	
Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana	<i>Marcia Valeria</i>
Maria da Conceição Nunes Brito	
Maria José Neres da Silva	<i>Maria Jose</i>
Maria Lúcia de Oliveira Sousa	<i>Maria Lucia de Oliveira Sousa</i>
Noledir Solange dos Santos Santiago	
Shirley Istofel Oliveira	
Thélia Valente Amorim	<i>Thelia Valente Amorim</i>
Valéria Viero Aquino de Barros	<i>Valeria Viero Aquino</i>